

Refletir para Avaliar: Avaliar para Refletir

Considerações iniciais sobre fundamentação teórica.

(Palestra proferida dia 29/03/2005, das 8h30min. às 12h30min., no Teatro SESC/Nova Iguaçu)

Vera Lúcia de Souza Neves (UNIG)

Sempre quando falamos de avaliação, estamos diante de problemas essenciais de natureza pedagógica. Ela está presente tanto nas atividades formais quanto nas informais.

Destinam-se a programas empresariais, educacionais, políticos, públicos e a projetos, produtos e materiais, instituições, sistemas de educação e grupos de indivíduos: alunos, professores, administradores, técnicos, dentre outros que dela necessita.

No campo da educação, a avaliação é intrínseca ao processo ensino-aprendizagem. Deve constar dos movimentos formativos dos indivíduos, de modo a ser o ensino o fio condutor para a formação de cidadãos críticos e criativos, capaz de utilizar a autocompreensão, auto-organização e autogestão.

Entendemos que a autocompreensão, a auto-organização e a autogestão dão suporte ao desenvolvimento da autonomia e, conseqüentemente, proporcionam a emancipação do cidadão dentro da sociedade. Neste sentido, a avaliação desempenha papel fundamental no crescimento do ser humano tanto pessoal como profissional, incluindo a formação de grupos.

Para que a avaliação chegasse nos dias de hoje, transformada em seus conceitos, um longo caminho foi percorrido, muitos estudiosos se dedicaram à tarefa de estudá-la.

Nos anos 60 e 70, continuava sendo utilizada de forma tradicional, centrada na mensuração, época em que Ralph W. Tyler apresentou um modelo de avaliação por objetivos, que consiste na comparação entre os resultados alcançados pelos alunos e os objetivos expressos na programação do currículo e do ensino. Ele propôs mudanças de comportamento em consonância com o planejamento pré-determinado.

Para muitos, a mensuração seria sinônima de medida.

Alguns autores têm tentado estabelecer a distinção entre medida e avaliação.

Medida, para muitos, se refere ao momento de coleta de informações, de maneira ordenada, levando em conta os aspectos quantitativos, enquanto que avaliação compreende uma atividade mais abrangente, envolvendo todas as etapas da aprendizagem do aluno.

A partir dos anos 60, foram produzidos literaturas que tratam de projetos e programas, materiais curriculares e avaliação das instituições.

No Brasil, tal produção aparece nos meados dos anos 70.

Nessa década, somente se destacam M. Vianna e Ethel B. Medeiros que publicaram sobre avaliação da aprendizagem, enfocando apenas informações para o desenvolvimento de testes e medidas.

Para Michael Scriven, não basta apenas acompanhar ou verificar se os objetivos delineados foram realmente alcançados. Faz-se necessário, também, avaliar se os objetivos traçados condizem com os interesses relevantes da educação. Ele destaca o papel formativo e somativo da avaliação, incluindo a avaliação diagnóstica.

Avaliação diagnóstica tem por função verificar se o aluno possui determinados conhecimentos básicos e, para tanto, é preciso que os objetivos comportamentais estejam de acordo com este conhecimento. Ela se preocupa em determinar o ponto de partida em que o estudante deve ser colocado adequadamente; em segundo lugar, procura descobrir as causas de circunstâncias que dificultam a aprendizagem dos alunos no decorrer do processo.

A avaliação formativa inclui o recurso à memória que o professor guarda das características dos alunos até as mais diversificadas e conhecidas estratégias como a observação livre, a observação sistemática, a auto-avaliação, a entrevista, o trabalho de grupo e outras diferentes formas de intervenções pedagógicas.

A avaliação somativa possui efetividade na importância dos termos de verificação da eficácia do produto, uma vez que constitui diagnóstico para estudos seguintes.

Para Daniel L. Stufflebeam, a função mais genuína da avaliação se traduz na elaboração de juízos sobre o valor ou o mérito do ensino considerado globalmente.

É preciso assinalar que a avaliação não é um procedimento técnico, não abrange apenas classificação e o julgamento do aluno.

Em seu ambiente devem estar incluídas as dimensões políticas e sociais.

Tão importante quanto avaliar bem é intervir pedagogicamente, ou seja, refletir de decisões. Todo processo gira em torno da tomada de decisão, procurando, desse modo, estabelecer as iniciativas através da análise aprofundada dos quatro tipos de decisão em educação (contexto, insumo, processo e produto).

A discussão em torno da intervenção avaliativa tem trazido um antigo questionamento no que se refere à aprendizagem: o que fazer com os resultados da avaliação?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais enumeram alguns encaminhamentos, tais como:

- acompanhamento individualizado feito pelo professor fora da turma;
- grupos de apoio aos alunos;
- lições extraclases e
- outras que cada instituição pode criar e, até mesmo, a solicitação de profissionais externos à escola para debate sobre questões emergente do trabalho pedagógico.

Os PCNs recomendam profissionais comprometidos e capacitados teoricamente para entender os diferentes significados trazidos por essas mudanças na educação, principalmente a compreensão do papel da avaliação no ambiente dessas transformações, a levar em conta os sujeitos desse ambiente: os alunos, os professores, os recursos didáticos e a interação entre eles. Nesta direção, a avaliação da aprendizagem se apresenta como atividade permanente de informações e suporte às grandes decisões educacionais, tanto em nível macro como no micro da sala de aula.

Na década de 80, surgiu o movimento da avaliação vinculada ao movimento da responsabilização social, a chamada avaliação responsiva, ou seja, os aspectos políticos da avaliação educacional e a avaliação como via de intervenção social. Pensou-se, então, numa teoria avaliativa atrelada à realidade social. Alguns autores brasileiros começaram a apresentar opções qualitativas, aprofundadas em eventos, como se pode destacar o ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo, em agosto de 1984, que contou com a participação de Robert Stake, autor do modelo de avaliação responsiva e da metodologia do estudo de caso.

A parte desse momento, a avaliação qualitativa apresentou diferentes interpretações, dependendo da ideologia de seus sujeitos.

Hoje em dia, além da avaliação realizada formalmente nas instituições, cabe destacar outras externas, surgidas pela política educacional do país, como o SAEB, o ENEM, o ENADE e outros.

O importante é que elas podem ser interpretadas em dois níveis:

- 1º - interpretação compreensiva dos resultados e das reações frente a eles, por parte das comissões externas e do público interno;
- 2º - investigação da atividade avaliativa no sentido global, ou seja, em algumas oportunidades, as avaliações interna e externa não podem ser efetuadas separadamente.

É importante ressaltar a necessidade de cada instituição identificar e prestigiar os profissionais dedicados e comprometidos com o estudo e o trabalho. Estes podem ser os dinamizadores dos eventos e das ações junto aos parceiros, com o objetivo de incentivá-los à integração, e também a estudarem com afinco, para criar e intervir, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Referências Bibliográficas:

- HOFFMANN, J. *Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista*. 5. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1992.
- NASCIMENTO, R. B. do; MOTA, F. de A. A. *Avaliação educacional – considerações teóricas*. In: ENSAIO: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 12, n. 44, jul./set. 2004.
- SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo*. São Paulo: Cortez, 1998.